



Índice

- 01** [MDA assina portaria que institui o “Selo Indígenas do Brasil”](#)
- 02** [Funai participa do Congresso Mundial de Parques e do Encontro da Rede Mundial Indígena de Gestores Ambientais](#)
- 03** [Indígenas Kaiowá são “caçados” sob a luz de faróis em Kurusu Ambá](#)
- 04** [Oficinas capacitam comunidades quilombolas](#)
- 05** [Aracruz Celulose avança sobre áreas de preservação com seus correntões](#)
- 06** [MPF denuncia dois índios pataxó por homicídio de fazendeiro na Bahia](#)
- 07** [Pescadores de SC buscam apoio em Brasília para liberar rede anilhada](#)
- 08** [Em evento sobre a Amazônia em Paris, índios dizem temer segundo governo Dilma](#)
- 09** [Dnocs terá que ressarcir prejuízos às comunidades quilombolas por construção de barragem em Rio de Contas/BA](#)
- 10** [No RS, encontro dos “Kujã”, líderes espirituais Kaingang, reuniu representantes de 18 TIs](#)
- 11** [Boletim Mundo: Povos do Maranhão reivindicam em Brasília retomada das demarcações de terras indígenas](#)
- 12** [Governador entrega título coletivo de terra para quilombolas de Santa Luzia do Pará](#)
- 13** [Comunidade indígena não aceita Kátia Abreu como Ministra Agricultura](#)
- 14** [Rondônia: Governo quer instalar internet nas escolas indígenas](#)



-
- 15** [Governo Federal garante regularização de terras para comunidade quilombola na Ilha da Marambaia \(RJ\)](#)
 - 16** [Polícia Federal prende suspeitos de milícia em aldeia indígena de MS](#)
 - 17** [MAIS UMA AÇÃO DO MPF APONTA ILEGALIDADE NA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA SÃO MANOEL](#)
 - 18** [Aty Guasu: Comunidades Guarani e Kaiowá de Kurusu Amba estão realizando ritual de despedida](#)
 - 19** [Instituto de Terras de São Paulo informa que 32 comunidades já foram reconhecidas no Estado](#)
 - 20** [Marinha e comunidade quilombola de Marambaia fecham acordo sobre demarcação](#)
 - 21** [“Ação violenta da polícia em Boca da Mata, aldeia Pataxó”: depoimento de professor da UFMG que ia dar aula na aldeia](#)
 - 22** [Abandono de nove famílias indígenas na Funai segue sem solução no Amazonas](#)
 - 23** [Indígenas e ativistas protestam contra hidrelétrica no rio Tapajós, no PA](#)
 - 24** [Polícia Federal prende indígenas e agricultores em operação no RS](#)

01 MDA assina portaria que institui o “Selo Indígenas do Brasil”
SÍTIO FUNAI, 26.11.2014



Planejamento visual: Ana Carolina Aleixo Vilela/Funai

Durante a abertura do II Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, ocorrida na última terça-feira, em Brasília, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, assinou a Portaria Interministerial que instituiu o "Selo Indígenas do Brasil".

Uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério da Justiça, por meio da Funai, o "Selo Indígenas do Brasil" tem como principal objetivo dar visibilidade à produção indígena, tornando sua origem cultural, étnica e territorial reconhecida pelos consumidores, além de agregar valor aos produtos oriundos das comunidades indígenas.

A demanda dos povos indígenas era antiga e está de acordo com o objetivo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas – PNGATI de "promover a regulamentação da certificação dos produtos provenientes dos povos e comunidades indígenas, com identificação da procedência étnica e territorial".

O "Selo Indígenas do Brasil", vinculado ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Familiar/Sipaf, é um mecanismo que indica a origem dos produtos da agricultura familiar de Terras Indígenas e também se aplica à produção extrativista e de artesanato.

A identidade visual do "Selo Indígenas do Brasil" foi desenvolvida pela Fundação Nacional do Índio a partir de elementos do artesanato, da agricultura e do extrativismo tradicional dos povos indígenas, como cestaria, milho, mandioca, banana, açaí e guaraná.

A Portaria que lança o selo ainda deve ser assinada nos próximos dias pelo Ministério da Justiça, para publicação no Diário Oficial da União.



02 Funai participa do Congresso Mundial de Parques e do Encontro da Rede Mundial Indígena de Gestores Ambientais

SÍTIO FUNAI, 26.11.2014



Entre os dias 09 e 19 de novembro, a Fundação Nacional do Índio esteve representada pelo coordenador geral de Gestão Ambiental (CGGAM), Jaime Siqueira, em dois importantes eventos que ocorreram na Austrália.

O primeiro foi o Encontro da Rede Mundial Indígena de Gestores Ambientais – "Gathering in the Gully", Comunidades conservando a natureza e cultura – uma reunião entre os povos indígenas e comunidades locais dos cinco continentes, que ocorreu entre os dias 09 e 11 em Blue Mountains (Katoomba). E o segundo foi o Congresso Mundial de Parques da IUCN (International Union for Conservation of Nature) ocorrido entre os dias 12 e 19 em Sidney.

O encontro da Rede Mundial de Gestores Ambientais Indígenas em Blue Mountain reuniu vários representantes de diferentes partes do mundo que reafirmaram os seus princípios de autodeterminação dos povos e consulta prévia no que se refere à definição de áreas protegidas nos países. No evento também foi salientado que as terras indígenas devem ser restituídas aos seus legítimos donos e que os grandes projetos de desenvolvimento são incompatíveis com a definição e conservação de áreas protegidas. Essas e outras questões foram apresentadas e defendidas pelos representantes indígenas durante o Congresso Mundial de Parques.

CONT.



Congresso Mundial de Parques

O Congresso Mundial de Parques da IUNN é fórum global que ocorre a cada dez anos e é um marco nas discussões sobre áreas protegidas. A IUCN é uma das maiores organizações internacionais que se dedica à conservação dos recursos naturais, cuja missão é influenciar, encorajar e assistir sociedades em todo o mundo na conservação da integridade e biodiversidade da natureza, assim como no uso sustentável de seus recursos naturais. O Congresso compartilhou conhecimentos e inovações e estabeleceu diretrizes gerais de conservação para áreas protegidas durante o decênio vindouro.



Na ocasião, o representante da Funai apresentou um trabalho, denominado "Fortalecimento das terras indígenas no Brasil para promover a conservação da biodiversidade e o bem-estar das comunidades indígenas", escrito em co-autoria com Daniel Castro, coordenador da Coordenação de Gestão Socioambiental (CGSAM) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Esse trabalho foi inserido num dos eixos do Congresso, cujo tema foi "Respeitar a cultura e os conhecimentos tradicionais e indígenas", que envolveu membros de povos indígenas e comunidades locais, governos, organizações não governamentais e internacionais e setor privado, para colaborar no reconhecimento do papel das comunidades indígenas e locais no manejo de áreas protegidas, sítios sagrados naturais, e as paisagens terrestres ou marinhas circundantes.

O trabalho abordou ainda a importância das Terras Indígenas (TIs) para conservação da biodiversidade no Brasil, valorizando as interfaces entre TIs e Unidades de Conservação (UCs), buscando implementar algumas das ações da PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, destacando também o papel pioneiro do Projeto GATI (Gestão Ambiental e Territorial Indígena - GEF/PNUD/Funai) nesse processo. O referido trabalho foi apresentado no dia 14 de novembro, na seção

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

"Nature-Culture Linkages: managing bio-cultural landscapes and connectivity", em conjunto com Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), também presente ao Congresso, assim como Sérgio Santos Galibi, da TI Galibi, Oiapoque (AP). A comitiva brasileira teve apoio da The Nature Conservancy (TNC) e do Projeto GATI para viabilizar sua participação.

03 Indígenas Kaiowá são “caçados” sob a luz de faróis em Kurusu Ambá
SÍTIO CIMI, 26.11.2014

Inserido por: Administrador em 26/11/2014.

Fonte da notícia: [Cimi Regional-MS](#)



A violência realmente não conhece limites na terra do agronegócio. A cada dia a superação da crueldade pinta em tons trágicos verdadeiros quadros de desespero, da mais pura falta de humanidade e de brutal violação dos direitos humanos.

Enquanto Kátia Abreu simboliza o novo capítulo da histórica saga de traição do governo petista aos movimentos de luta pela terra, os laços e as relações entre governo federal e os ruralistas tratam de deixar as portei ras bem abertas para o extermínio dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul.

Após a morte de Marinalva, jovem de 27 anos, vitimada com 35 facadas e de uma sequência de ataques contra diversas comunidades indígenas, jagunços voltam a aterrorizar o povo Kaiowá de Kurusu Ambá, Terra Indígena localizada no município de Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai.

Enquanto uma ordem de reintegração de posse ameaça retirar os indígenas de sua terra tradicional, dependendo apenas de manifestação da Polícia Federal, os fazendeiros orquestram ataques sistemáticos na Terra Indígena onde foi registrado o maior número de assassinatos a lideranças indígenas no estado.

CONT.



Por três noites consecutivas, 23, 24 e 25 de novembro, jagunços armados montaram cerco contra os Kaiowá e passaram a efetuar durante toda a noite e madrugada várias séries de tiros contra os indígenas.

Com os faróis dos veículos apontados para a comunidade, os pistoleiros mapeiam a posição dos indígenas e então efetuam os disparos. A sensação segundo Ava Jeguaka Rendy Ju, liderança da comunidade, é de: “que estamos sendo caçado como animais. Eles iluminam a gente com os faróis e disparam, às vezes para cima, às vezes contra nós, é assim a noite inteira”.

A comunidade de Kurusu Ambá relata que o número de pistoleiros e de veículos que os encurralam durante a noite vem aumentando e que a cada dia que passa os jagunços ficam mais agressivos, na última noite já foram mais de dez carros segundo relato dos indígenas. “Tememos pelas vidas de nossos pequenos, de nossos velhos, mas estamos gritando para o vazio, ninguém nos escuta, quando estivermos mortos talvez venham entregar os caixões”, desabafa Rendy Ju.

É nesse contexto de crueldade e violência em que estão expostos os indígenas, no último dia 17 de novembro, uma adolescente Guarani-Kaiowá foi atropelada propositalmente por um jagunço, Jocikelle Martins, 17 anos, a indígena teve escoriações nos braços, pernas e hematomas na cabeça, ficando gravemente ferida.

Já faz meses que os indígenas denunciam os muitos grupos de pistoleiros que estão atacando Kurusu Ambá e apesar de, em determinado momento, ter havido uma determinação judicial para que a Polícia Federal e a Força Nacional averiguassem a situação e garantissem a proteção da comunidade, porém a ação nunca chegou a ser efetuada.

Contra o povo de Kurusu Ambá, existe uma determinação de reintegração de posse e a ameaça de despejo é iminente. A situação foi agravada quando a Procuradoria Especializada da Funai, que deveria fazer a defesa do caso, em nome da comunidade, cometeu um erro grosseiro e inadmissível ao não juntar em seu agravo peça sabidamente fundamental (Íntegra da decisão recorrida) não sendo, portanto, a defesa admitida. A mesma nem ao menos chegando ao conhecimento do julgador.

Os maus procedimentos de procuradores da Funai em casos que tratam de terras tradicionais tem sido um fato recorrente nos mais diversos estados brasileiros. Nada estranho se tratando os mesmos de membros ligados a Advocacia-Geral da União, órgão responsável pela elaboração da Portaria 303 que afronta diretamente os direitos indígenas e tem sido apontado pelos povos indígenas como um grande mal a suas garantias constitucionais.

O povo Kaiowá de Kurusu Ambá faz um apelo às entidades de defesa aos direitos humanos, movimentos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

sociais ligados a defesa da vida e aos órgãos responsáveis, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça, Funai, para que intercedam imediatamente e garantam a integridade de um povo que luta apenas para garantir seu direito sagrado e constitucional de acesso à terra e a vida digna dentro de seus costumes e tradições. A comunidade alerta que esta convicta em não sair de Kurusu Ambá e decidiu pela morte frente possibilidade de ataques e despejos. Reiteramos que se nada for feito para garantir os direitos deste povo estaremos novamente frente a mais um genocídio anunciado.

Leia mais:

[Cansados de passar fome, 250 indígenas Kaiowá retomam parte de seu território ancestral em Kurusu Ambá](#)

[Grupos armados rondam famílias Kaiowa no Mato Grosso do Sul, indígenas temem novos ataques](#)

[Kurusu Ambá, entre o despejo e a bala](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

04 Oficinas capacitam comunidades quilombolas SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.11.2014

Produção e renda

Iniciativa visa ampliar a comercialização de produtos quilombolas para o mercado de compras institucionais do governo federal

por Portal Brasil

Divulgação/Ministério do Desenvolvimento Agrário



Bahia, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo são os primeiros estados a serem contemplados

A partir desta quinta-feira (27) começam as Oficinas de Comercialização para Comunidades Quilombolas, ação realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com objetivo de ampliar a comercialização de produtos quilombolas para o mercado de compras institucionais do governo federal.

Bahia, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo são os primeiros estados a serem contemplados. A iniciativa vai capacitar representantes de comunidades quilombolas e técnicos de chamadas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para acessarem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que levam alimentos para unidades públicas de ensino e às populações em situação de insegurança alimentar.

O coordenador de Políticas para comunidades quilombolas do MDA, Quêner dos Santos, explica que a produção quilombola é voltada para a subsistência e estas oficinas contribuirão para o aumento da renda de famílias que vivem em situação de pobreza. “Principalmente com o Plano Brasil Sem Miséria, as famílias

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

estão gerando excedentes e o mercado institucional é um espaço privilegiado para o escoamento desta produção. Comercializando com estes mercados, elas poderão qualificar a produção e aumentar a renda.”

As delegacias do MDA de cada estado farão a identificação de quais comunidades estão aptas a participar dos programas e entrarão em contato com os representantes para convidá-los para a capacitação. As comunidades que recebem chamada pública de assistência técnica do Plano Brasil Sem Miséria serão priorizadas na participação das oficinas. Também serão identificados os territórios que possuem maior potencial para ampliar a produção e comercialização das comunidades quilombolas.

A ação é uma parceria entre MDA e Incra, com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social (SEPPIR), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Serviço: Oficinas de Comercialização para Comunidades Quilombolas

Bahia

Data: 27 de novembro (quinta-feira)

Local: Curaça

Data: 04 de dezembro (quinta-feira)

Local: Simões Filho

Data: 05 de dezembro (sexta-feira)

Local: Cachoeira

Minas Gerais

Data: 9 de dezembro (quinta-feira)

Local: Não definido

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Maranhão

Data: 11 (oficina) e 12 (feira com produtos quilombolas)

Local: Alcântara

São Paulo

Data: 12 e 13 de dezembro (sexta-feira e sábado)

Local: Eldorado

Fonte:

[Ministério do Desenvolvimento Agrário](#)

05 Aracruz Celulose avança sobre áreas de preservação com seus correntões
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 26.11.2014

Em denúncia ao MPF de São Mateus, quilombolas de Sapê do Norte relataram o cenário de destruição

Manaira Medeiros

A Aracruz Celulose, rebatizada de Fibria, retomou sua prática iniciada no período da ditadura militar para preparar novos terrenos aos plantios de eucalipto nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, antigo território de Sapê do Norte. A empresa avança sobre Áreas de Preservação Permanente (APPs) com seus correntões puxados por tratores de esteira, destruindo o pouco que ainda resta da Mata Atlântica e da fauna nativa na região. O intenso uso de agrotóxicos também eliminou as nascentes já em pequenas quantidades de água, que resistiam entre os eucaliptais.



Indignados com o cenário de destruição que se agravou nos últimos dois meses, os quilombolas denunciaram o problema ao Ministério Público Federal de São Mateus nesta quarta-feira (26). Eles cobram providências urgentes para interromper o que consideram “atitude criminosa” da empresa e a realização de uma audiência pública para discutir o problema e reparar os danos.

A denúncia é assinada pelo presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Vizinhos dos Empreendimentos dos municípios de Conceição da Barra e São Mateus, Manoel Pedro Serafim.

CONT.

Além da destruição da mata nativa, ele alerta que animais têm sido encontrados mortos na região e algumas espécies desapareceram. A capina química promovida pela Aracruz também aumentou assustadoramente, como aponta Serafim. Os venenos são lançados até em cima das comunidades, que consomem água contaminada e apresentam problemas de saúde.



Nas áreas da nascente do Córrego da Juquita, do rio Pita (foto abaixo) e das lagoas Juquita e dos Patos, em São Mateus, não há mais qualquer sinal de água, como mostram as imagens protocoladas na denúncia. Na estrada que margeia os municípios, o cenário também é de destruição.

“Quero saber que órgão ambiental autorizou a empresa a cometer esses crimes. Quando é um quilombola que faz um forninho para produzir carvão, a polícia logo aparece”, protestou Serafim.

Há dez dias, os quilombolas já haviam denunciado as movimentações da Aracruz de plantar eucalipto em áreas de preservação, próximos a córregos localizados nas comunidades de Roda D’ Água e São Jorge. Mas a comprovação veio em seguida, com a devastação e a morte de animais registrados pelos quilombolas.



CONT.



Essas áreas antes eram tomadas por eucalipto, mas esses foram retirados pela empresa com a promessa de realizar um reflorestamento. No entanto, a Aracruz plantou exemplares de acácias, também utilizadas na produção de celulose e papel.

Embora a empresa invista pesado em publicidade para enfatizar que a relação com as comunidades melhorou após a compra da Aracruz pela Votorantim, em 2009, Serafim diz exatamente o contrário: “piorou bastante”. Ele relata as tentativas de sedução da empresa às famílias, oferecendo pequenos agrados e alternativas que distanciam os quilombolas da luta pelo território explorado pela Aracruz há décadas.

Histórico de omissão

O documento protocolado no MPF de São Mateus também reitera [denúncias](#) feitas anteriormente pelos quilombolas, até hoje sem qualquer providência.

A entidade destaca, mais uma vez, a maneira “estranha, descabida e omissa” que a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) e o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Mateus se recusaram a realizar testes para avaliar a qualidade da água dos córregos na região, contaminados pelos venenos.

A recomendação aos órgãos estaduais foi feita pelo ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, em 2012, após denúncia feita por Serafim para discutir o problema do veneno da Aracruz.

Por sua luta contra a empresa, Serafim é alvo de represálias na região e já teve sua propriedade incendiada.

06 MPF denuncia dois índios pataxó por homicídio de fazendeiro na Bahia
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.11.2014

*Conforme inquérito, suspeitos teriam cometido o crime por vingança.
Produtor, que teve fazenda invadida, está desaparecido desde agosto.*

Do G1 BA



Raimundo Domingues Santos desapareceu no dia 9 de agosto (Foto: Imagens / TV Bahia)

Dois índios pataxó foram denunciados pelo Ministério Público Federal (MPF), suspeitos de matar o fazendeiro Raimundo Domingues Santos, de 55 anos, desaparecido desde o dia 9 de agosto, na cidade de Porto Seguro, na região sul da Bahia. Conforme o órgão, os suspeitos teriam cometido o crime por vingança, na Fazenda Brasília, na zona rural do município, a 707 quilômetros de Salvador.

A denúncia é do procurador da república Edson Abdon, que pede a condenação dos indígenas Lourisvaldo da Conceição Braz e Valtenor Silva do Nascimento, pelos crimes de sequestro, cárcere privado, homicídio qualificado, de forma que tornou impossível a defesa da vítima, além de destruição e ocultação de cadáver. A pena pode chegar a mais de 40 anos de reclusão e multa.

Um dos Pataxó foi [preso](#) no final de outubro pela Polícia Federal, em cumprimento a um mandado de prisão preventiva expedido pela Justiça Federal de Eunápolis. A prisão ocorreu na Fazenda Brasília, no distrito de Montinho, em Itabela, quase um mês depois da [captura](#) do primeiro suspeito, localizado no município de Teixeira de Freitas, a 689 quilômetros de Salvador.

Reintegração

CONT.



Na manhã desta quarta-feira (26), agentes da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Companhia de Ações Especiais da Mata Atlântica (Caema) iniciaram na região do município de Itabelax, também no sul da Bahia, a reintegração de posse de 16 fazendas ocupadas por índios Pataxó, entre elas a propriedade do produtor rural Raimundo Domingues Santos.

A PF havia informado que, até o final da manhã, quatro propriedades tinham sido reintegradas. Embora não tenha ocorrido conflito, índios queimaram pastagens e destruíram duas pontes que dificultaram a chegada dos agentes. No distrito de Montinho, em Itabela, a escola e o posto de saúde não funcionaram devido ao clima de apreensão gerado pelas reintegrações.

No fim da tarde, a situação no local permanecia tensa, segundo a PM.

Inquérito

De acordo com inquérito da Polícia Federal, Raimundo Domingues Santos e seu compadre, o vaqueiro Manuel Messias Cardoso, foram capturados pelos indígenas quando foram até a Fazenda Brasília para retirar da propriedade alguns animais que pertenciam ao fazendeiro. O local havia sido ocupado por índios Pataxó desde o dia 24 de abril.

Conforme o MPF, segundo Cardoso quando eles estavam se preparando para retornar, um dos índios apontou uma arma em direção a Santos e teria ordenado o outro suspeito a amarrar a vítima, impedindo que o fazendeiro pudesse se defender de agressões e deixasse o local.

O compadre da vítima conseguiu fugir e levar a notícia para os familiares e amigos do fazendeiro, no município de Itamaraju. Conforme o inquérito policial, Raimundo era acusado pelos indígenas de tentativa de homicídio contra três índios, em maio desse ano, e isso, conforme os investigadores, teria motivado a vingança dos Pataxó.

Caso

O delegado da Polícia Federal de Porto Seguro, no sul da Bahia, Eriosvaldo Renovato, disse à época que o produtor rural Raimundo Domingues Santos, que sumiu e que estaria sendo mantido refém, não havia sido encontrado nas buscas feitas na Fazenda Brasília, localizada entre as cidades de Itamaraju e Porto Seguro.

Núbia Alves dos Santos, filha do fazendeiro, também acusou índios de terem sequestrado o fazendeiro. De acordo com ela, o pai teria recebido um comunicado de um cacique, no dia 8 de agosto, para buscar animais e pertences que estavam na fazenda ocupada pelos índios. Ao chegar no local, ele foi feito refém.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

De acordo com Núbia, existe um conflito entre indígenas e fazendeiros desde o início do ano por posse de terras na região. O vaqueiro que acompanhava o fazendeiro informou que cerca de 30 homens armados com revólveres, pistolas e espingardas sequestraram o produtor.

Em depoimento, o vaqueiro relatou que conseguiu fugir pelo mato e andou 14 km até conseguir ajuda com moradores que o levaram até o município de Itamaraju. Segundo a polícia, o vaqueiro também informou que o local onde ocorreu o crime é uma invasão e não uma reserva indígena.

07 Pescadores de SC buscam apoio em Brasília para liberar rede anilhada
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.11.2014

*Presidente da Federação entregou documento ao ministro da Pesca.
Categoria pede liberação do instrumento de pesca para a safra de 2015.*

Do G1 SC



Rede é utilizada para a pesca da tainha em SC

(Foto: André Pizzolo/Divulgação)

Representantes da Federação dos Pescadores Artesanais de Santa Catarina buscam em Brasília apoio para reivindicações da categoria. Entre elas, está a liberação do uso da rede anilhada para sa safra da tainha de 2015. O presidente da entidade, Ivo da Silva, entregou na terça-feira (25) ao ministro da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes, um documento solicitando a liberação da pesca com rede de emalhe anilhada no estado. A prática é feita há 10 anos, mas foi proibida porque o Ministério considera que a rede com anilhas capturaria mais peixes que o necessário.

O ofício foi entregue durante o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (Conape), que Lopes preside. "Fizemos uma apresentação ao Conselho e explicamos que a autorização que solicitamos é apenas para a pesca artesanal de pescadores credenciados. É essencial a liberação para a pesca da tainha". A próxima safra deve iniciar em maio de 2015.

De acordo com Silva, a previsão de resposta do Conape é até o final da primeira quinzena de dezembro. A federação também solicitou ao Ministério apoio financeiro para realizar pesquisa, coleta de dados e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

estatísticas sobre a pesca no estado. "Com esse financiamento, teríamos ainda mais meios para justificar a liberação da rede anilhada", disse o presidente da Federação.

A proibição da rede anilhada gerou [uma série de manifestações no estado em 2014](#). Uma portaria do Ministério da Pesca proibiu desde o dia 15 de maio a pesca com esse instrumento. Desde 2013 a pesca é fiscalizada. Apenas com uma licença do órgão federal, a prática deixará de ser ilegal em Santa Catarina.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

08 Em evento sobre a Amazônia em Paris, índios dizem temer segundo governo Dilma
SÍTIO RFI PORTUGUÊS, 27.11.2014

[Ouvir \(03:36\)](#) [Adicionar à minha playlist](#) [Baixar](#) [Embed](#)



Quinzena Amazônia

Lúcia Müzell

A proteção das florestas e das populações indígenas está em destaque em Paris. Até o dia 6 de dezembro, acontece a Quinzena da Amazônia, um momento de conscientização internacional sobre as ameaças que colocam em risco a sobrevivência das tribos, em especial os Ashaninka, que vivem entre o Peru e o Acre.

Três importantes lideranças indígenas, Benky Piyako, Puê Puyanama e Walter Luiz Shipibo, vieram à capital francesa para o evento. Benky e Puê são brasileiros e chamam a atenção para o aumento da violência na fronteira entre o Brasil e o Peru, promovida por madeireiros e narcotraficantes, que invadem as áreas indígenas. Em setembro, quatro índios foram mortos, entre eles um destacado líder.

“Em setembro, teve esse episódio que, para a gente, foi muito bárbaro. Nunca tinham assassinado ashaninkas, embora a gente saiba que, no Brasil, índios morrem todos os dias por conta dessa situação. De 2001 até 2010, eu sofri risco de morte todos os dias. Eu não sabia se iria sobreviver”, conta Benky. “É até difícil relatar a dimensão da situação. De 2001 para cá, temos enfrentado uma luta muito forte contra as madeiras e o narcotráfico na fronteira, assim como temos enfrentado as políticas dentro do nosso próprio país, tanto no Brasil quanto no Peru. Queremos que o governo assuma as suas responsabilidades.”

CONT.



Puê Puyanama espera sensibilizar os franceses sobre a falta de segurança dos índios no Brasil.

“Estamos aqui na França buscando aliados no mundo para, juntos, cuidarmos da nossa terra e da nossa vida. As recentes mortes são um alerta para mundo, para que se cuide mais das nossas fronteiras, com mais segurança. A responsabilidade não é só nossa, mas sim do Estado brasileiro”, destaca o índio, de 36 anos. “Esse tipo de coisa ocorreu logo no começo da nossa história e não queremos que volte a acontecer.”

Hidrelétricas

Benky também quer aproveitar a visita à França para divulgar o risco de degradação ambiental devido a obras, como a instalação de hidrelétricas. Ele acredita que os governos europeus não têm informações suficientes sobre a situação dos povos indígenas.

“Vemos a nossa presidente impondo certos empreendimentos onde há reservas extrativistas parques nacionais, terras indígenas, sem a consciência de que aquilo pode trazer grandes problemas não só para os índios, mas como para todo o país, ao destruir tudo o que a gente tem”, lamenta. “Essa nossa viagem é para fazer esse despertar: fazer o governo daqui sentir o que estamos sentindo lá.”

Decepção com o governo

O líder Ashaninka acha que os índios estão “pagando o preço do desenvolvimento do país”. Ele diz ter ficado decepcionado com o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, e teme quatro anos mais nocivos para os povos indígenas.

“O governo foi muito cruel e vai ser mais ainda. Kátia Abreu [provável ministra da Agricultura no próximo governo] está aí, para fazer o papel dela. Se ela realmente for ministra, haverá um choque, porque teremos uma pessoa que é realmente contra a sobrevivência dos povos tradicionais, que vivem da floresta, dos rios, da pesca e da caça”, protestou o líder.

Quinzena da Amazônia terá shows, exposições, conferências e a venda de produtos indígenas. O evento ocorre em diversos lugares de Paris.



09 Dnocs terá que ressarcir prejuízos às comunidades quilombolas por construção de barragem em Rio de Contas/BA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)

Construída na década de 70, a barragem inundou cerca de 50% das terras agricultáveis das comunidades Barra, Bananal e Riacho das Pedras, localizadas no município de Rio de Contas/BA.

[MPF/BA](#)

A Justiça Federal condenou o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (Dnocs) a adotar medidas compensatórias por conta dos prejuízos causados às comunidades quilombolas de Barra, Bananal e Riacho de Pedras, localizadas no município de Rio de Contas/BA, sudoeste baiano. A sentença é resultado de ação do Ministério Público Federal (MPF) em Guanambi/BA e beneficia grupos que tiveram seus territórios alagados pela construção de uma barragem no Rio Brumado, na década de 70.

A decisão obriga o Dnocs a adotar diversas medidas compensatórias em benefício das comunidades, como construção de caixas d'água, perfuração de poços, adequação de canais de irrigação e barragens, promoção, pelo período de dez anos, de cursos de capacitação sobre técnicas agrícolas e disponibilização de mudas frutíferas que se adaptem ao solo e clima da região. O Dnocs tem um ano, a contar da publicação da sentença, para adotar as medidas compensatórias sob pena de multa mensal de dez mil reais.

De acordo com a sentença, o Açude Luiz Vieira (barragem do Rio Brumado) foi construído no fim da década de 70 pelo Dnocs como parte de um processo para tentar amenizar os efeitos da seca na localidade onde atualmente é o município de Rio de Contas. Com a obra, foram alagadas cerca de 50% das terras agriculturáveis das mencionadas comunidades, o que incluiu toda a área habitada pelos quilombolas da localidade de Riacho das Pedras. Como esses impactos não foram devidamente compensados, instalou-se um quadro de intensa pobreza e degradação das comunidades, levando a um processo de contínuo abandono dos modos tradicionais e à perda da conexão entre os quilombolas e suas terras. Durante quase quinze anos o MPF questionou o Dnocs para que adotasse medidas administrativas compensatórias, mas até hoje o órgão pouco fez a favor das comunidades.

CONT.



Na sentença, o Judiciário concordou com os argumentos do MPF, de que a conduta do Dnocs causou danos incalculáveis às três comunidades quilombolas, e, por consequência, à própria pluralidade que compõe a nação brasileira.

Além das perdas patrimoniais impostas aos quilombolas, a conduta do Dnocs foi motivadora de perda “de próprio fragmento da história e da identidade nacional, na medida em que conhecimentos imemoriais foram perdidos e modos seculares de criar, fazer e viver foram literalmente alagados sem a menor preocupação com um adequado e justo remanejamento para localidades compatíveis, ou, ainda, adaptação e suporte necessário para a preservação da cultura negra, símbolo de resistência e luta contra a escravidão, opressão e perseguição”, diz a decisão.

De acordo com a sentença, a proteção às comunidades quilombolas, assim como às indígenas, decorre não só das leis internas, mas também de várias declarações e tratados internacionais de Direitos Humanos, estando inseridas no chamado “meio ambiente cultural”, que inclui, entre outros, o patrimônio histórico, estético e arqueológico destes grupos. Tem o Estado, portanto, o dever de zelar por eles.

Após tomar conhecimento da sentença, o Dnocs apresentou recurso de apelação para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Medidas Compensatórias

As medidas compensatórias determinadas pela sentença são as que seguem abaixo:

- 1 – Construção de 2 caixas d’água modelo ferro cimento com capacidade mínima de 100m³ para a Barra do Brumado e Bananal e tubulação necessária para atender a pequenas irrigações, conforme demanda dos usuários.
- 2 – Perfuração de poço profundo no Barro Branco e Bananal e sua devida instalação.
- 3 – Colocação de Booster na adutora do rio fazendola para melhoria do abastecimento de Bananal.
- 4 – Adequação do canal de irrigação existente ou a tubulação das águas para atender melhor a demanda de pequena irrigação.
- 5 – Construção de pequena barragem no vale do barro Branco.
- 6 – Realização de estudo para implantação de uma adutora do Riacho das Pedras para o Barro Branco

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

7 – Melhoria no sistema de abastecimento de água para uso doméstico nas Comunidades da Barra do Brumado e Bananal e doação de 86 reservatórios de água de 1.000 litros e ampliação da rede com novas ramificações e implantação de sistema de tratamento de água.

8 – Promover anualmente, durante o período de 10 (dez) anos, curso de capacitação dos membros da comunidade, fornecendo conhecimentos sobre técnicas de produção agrícola e formas de melhor aproveitamento dos recursos naturais de suas terras.

9 – Disponibilização de mudas frutíferas de manga, marmelo, laranja e mandioca adaptadas à região, na proporção cabível à terra cultivada por cada família ou comunidade e durante o período mínimo de 10 (dez) anos.

Número para consulta processual na [Justiça Federal](#): 0001251-40.2009.4.01.3309 (número antigo: 2009.33.09.001251-2) – Subseção Judiciária de Guanambi.



10 No RS, encontro dos “Kujã”, líderes espirituais Kaingang, reuniu representantes de 18 TIs
SÍTIO CIMI, 27.11.2014

Inserido por: Administrador em 27/11/2014.

Fonte da notícia: [Cimi Regional Sul](#)

Entre os dias 21 e 23 de novembro Porto Alegre (RS) recebeu o V Encontro dos Kujã, líderes espirituais do povo Kaingang. Representantes de 18 Terras Indígenas (TIs) dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina participaram do evento, que aconteceu na TI Morro do Osso.

Leia o documento assinado pelas comunidades:

O V Encontro dos Kujã

Nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2014, a capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, região hidrográfica do Guaíba, originalmente com vegetação característica da Mata Atlântica e incidência de floresta ombrófila mista (floresta com araucária), na Terra Indígena Morro do Osso, um momento se fez. Marcado pelas narrativas, pelas memórias e reminiscências que compõem a figura dos Kujãs, líderes espirituais na sociedade indígena Kaingang, o V Encontro dos Kujã emerge no contemporâneo como um contraponto às assimetrias em relação aos direitos existenciais desse grupo indígena Jê Meridional.

As danças, as pinturas, os cantos enérgicos que ecoam a milênios no planalto meridional, hoje dão o tom de nossa existência enquanto continuidade, identidade e resistência de um povo que habita esse território a milhares de anos antes do presente, antes de senhores e escravos, de ricos e pobres, de patrões e empregados, quando vivíamos soberanos, absolutos, com dignidade e liberdade, numa lógica pautada no respeito com a natureza e sobrenatureza. Hoje queremos uma pauta concreta e própria, uma pauta que respeite nossa cosmologia. Afinal, historicamente fomos silenciados, oprimidos, tivemos nossos sagrados espaços apropriados pelos “visitantes” indesejados, onde a opção era a de aldeamentos diminutos ou a morte. Vimos nossas casas virarem cinza, nossas histórias e narrativas ridicularizadas e fomos entendidos

CONT.



como atrasados por quem pisava em nosso sagrado solo, nosso não no sentido patrimonial, mas como parte de nós.

Vimos o caos se manifestar na sua forma mais atroz, e com ele a morte. De nossos guerreiros, dos nossos velhos, das nossas mulheres, muitas inclusive escravas do corpo gélido e desumano de quem nos cassava a esmo, nem mesmo as crianças escaparam das garras de quem se dizia civilizado. Um país e um estado que se nega a admitir sua dívida histórica com os povos indígenas, um Estado que se “desenvolveu” e consolidou-se sobre os corpos dos nossos antepassados, onde o progresso e ambição lhe conferem as mãos encharcadas do sangue de nossos irmãos.

Isso é para lembrar que atualmente sobrevivemos em terras diminutas que foram demarcadas, e, na beira de rodovias, sem o mínimo de condições de um bem viver, nós, os Kaingang, somos a 3ª maior população de originários do Brasil, e hoje vivemos dias cinzentos e incertos, marginalizados em nossa própria terra, por uma sociedade que se fez sobre o nosso sofrimento.

Porém, aqui nesses dias e no imprevisto de estruturas, ressignificamos nossa luta e resistência, batizados na figura dos Kujãs, interpretado por muitos como eixo semântico na organização sociopolítica Kaingang. Não poderia haver relação mais prática, pois se o eixo semântico é o lugar virtual em que se articulam os pólos opostos criadores da significação, o Kujã tem exercido esse papel ao longo de nossa existência entre Kamê e Kairu, as duas metades que compõem o mundo Kaingang. Juntamente com outros seres e símbolos, o Kujã transita e totaliza as articulações nas supostas oposições das metades que são inexoravelmente indissociáveis e entre medicina tradicional, tradutor das falas da floresta, dançador, cantor e contador de histórias nostálgicas do nosso povo, essa figura é símbolo de nossa resistência.

Outros personagens do mundo Kaingang, como as parteiras tradicionais e os guerreiros dançadores, são no concreto o pulsar de uma identidade que aqui afirma e grita que não vai deixar de existir, pois somos os filhos da mata, os piolhos da mata, o espírito da mata, somos Nãn Gá, somos kokoj, somos pó, somos Ka fár, somos Jorge Kagnõn Garcia, somos Kaingang. E exigimos respeito às nossas pautas, exigimos que órgãos estatais dialoguem com nossos costumes, presentes nos Kujã, nas parteiras e valorize a farmacopeia tradicional Kaingang, exigimos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério da Justiça o reconhecimento de nossos territórios por parte do Estado brasileiro, solicitamos sua identificação e delimitação, seguida da demarcação e homologação nos termos do artigo 231 da CFB/1988, Decreto 1775/96 e Portaria 14/96.

Este evento exige um basta nas assimetrias e na falta de equidade na relação com os povos indígenas brasileiros que nem sequer têm a liberdade de expressar suas categorias etnológicas na resolução de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

problemáticas; um basta na criminalização de lideranças, que sejam feitas investigações sólidas nos crimes contra indígenas como o caso do professor indígena de Vicente Dutra; um basta na desproporcionalidade de força quando se trata de perseguir indígenas, que no seu mais recente caso na Terra Indígena Kanóia deixou a comunidade em estado de choque, com seu espetáculo de mostrar força.

Por fim, este evento reforça a importância na demarcação de terras indígenas, afinal sem a demarcação de nossas terras tradicionais, não teremos educação indígena de qualidade, não teremos saúde de qualidade, não teremos sequer nossa cultura. E aqui o movimento e resistência Kaingang se junta à pauta de outros contextos latinoamericanos, no emprego da categoria bem viver, essa categoria é o expressar da nossa posição étnica frente à sociedade, à natureza e à sobrenatureza, traduzindo nossos modos próprios de pensar, viver e sentir. E assim como para outros povos essa categoria é nossa resposta e alternativa às categorias impostas por agências estatais - tais como “etnodesenvolvimento”, “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” - na busca por uma relação de igualdade, justiça e liberdade.

Não seria possível aqui dimensionar a cultura Kaingang latente nas atuais gerações, como já existiu e continua a existir, que busca no passado os sentidos de existência e resposta para constituir um bem viver indígena. Este que repousa na demarcação de terras indígenas.

Por fim, este documento traduz a voz e a representatividade das terras indígenas de Nonoai, Iraí, Vicente Dutra, Rio da Várzea, Inhacorá, Votouro, Xingu, Campo do Meio, Apucarantina, Morro dos Cavalos, São Leopoldo, Ligeiro, Kandóya, Lomba do Pinheiro. Guarita, Tabai, Morro Santana e Morro do Osso.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2014

Comunidade Kaingang do Morro do Osso

11 Boletim Mundo: Povos do Maranhão reivindicam em Brasília retomada das demarcações de terras indígenas

SÍTIO CIMI, 27.11.2014

Inserido por: Administrador em 27/11/2014.

Fonte da notícia: [Por Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação - Cimi](#)



As 40 lideranças indígenas do estado do Maranhão que chegaram a Brasília nessa segunda-feira (24) para uma série de reivindicações junto aos Três Poderes, protestaram nessa quarta (26) e quinta-feira (27), no Palácio do Planalto, Ministério do Planejamento e no Supremo Tribunal Federal (STF). A delegação trouxe representantes dos povos Krikati, Gavião, Krenyê, Guajajara, Gamela e Ramkokamekrá Canela.

Na manhã de quarta-feira os indígenas fizeram ato político em frente ao Palácio do Planalto para propor audiência com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, e protocolar dois documentos destinados à presidente Dilma Rousseff, [pela retomada dos processos de demarcação](#) das terras indígenas e [contra a indicação da senadora ruralista Kátia Abreu](#) (PMDB-TO) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Seguranças impediram a entrada dos indígenas, que mantiveram suas danças e rituais em frente à sede do Poder Executivo Federal, espremidos entre as cercas impostas e o Eixo Monumental, que as lideranças ameaçaram bloquear caso não fossem recebidas. “Só saibam que tem lei e a lei será cumprida. Se alguém

CONT.

“morrer a culpa é de vocês”, disse um assessor do ministro Gilberto Carvalho, que tentava negociar a desocupação da frente do edifício. “Se alguém morrer a culpa é dos governantes, porque eles é que não cumprem as leis”, rebateu o cacique Fred Guajajara.

“Viemos de tão longe porque está muito difícil o conflito com os fazendeiros e madeireiros que invadem nosso território. Sofremos ameaças constantes e o governo simplesmente nos ignora”, disse Maria Helena, do povo Gavião. “Desde 2007 nossa terra está em estudo para ser ampliada e até hoje não publicaram a portaria declaratória”, explica. A Terra Indígena (TI) Governador, declarada em 1982 com 42 mil hectares, fica no município de Amarante (MA).



Nesta quinta-feira as lideranças estiveram no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e protocolaram documentos [pelo fortalecimento da Fundação Nacional do Índio \(Funai\)](#), com mais recursos para os processos de demarcação e proteção territorial e também a realização de concurso público para o órgão indigenista.

Durante a tarde, no STF, os indígenas expressaram sua indignação e pediram a revisão, [por meio de documento](#), das decisões da Segunda Turma que anularam as portarias declaratórias das Terras Indígenas Guyraroká, no Mato Grosso do Sul, e Porquinhos, no Maranhão. “Agora a Justiça quer tirar até o que já foi reconhecido? Os indígenas no Brasil estão cada vez mais encurralados e precisam reagir. No Maranhão, somos 10 povos e vamos continuar na luta pelas terras que nos são de direito”, reforçou Fred Guajajara.

Do povo Gamela, que luta por seu reconhecimento étnico e territorial no município de Viana (MA), vieram sete representantes. “Os fazendeiros querem tomar nossas terras. Precisamos de liberdade para trabalhar

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

e do nosso reconhecimento como índios. Meus avós, bisavós, tataravós nasceram e morreram lá. Hoje, se não lutarmos por nossas terras e cultura, logo não teremos mais nada”, disse Jaldenir Ribeiro, da TI Taquaritiua.

A notícia faz parte do boletim semanal O Mundo que nos Rodeia. Para recebê-lo ou enviar sugestões, basta escrever para mundo@cimi.org.br



12 Governador entrega título coletivo de terra para quilombolas de Santa Luzia do Pará
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 27.11.2014

[Visualize todas as fotos da galeria](#)

Da Redação

Agência Pará de Notícias

O dia 27 de novembro de 2014 ficará marcado na história e na memória dos moradores de Muruteuazinho, comunidade quilombola no município de Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense. Na manhã desta quinta-feira, o governador Simão Jatene entregou o título coletivo de terra, em cerimônia realizada na própria comunidade, onde vivem 38 famílias remanescentes de quilombo. Ainda hoje, o governador inaugura a pavimentação de trechos urbanos no município de Bonito, na mesma região. Muruteuazinho, que fica a 14 km da sede municipal de Santa Luzia, é a 138ª comunidade do Pará a ser beneficiada com o título coletivo de terra, expedido pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa).

Até o momento, o governo estadual expediu 60 títulos de propriedade de terra, dos quais 48 foram emitidos pelo Iterpa e os outros 12 pelo governo federal. Com esses números, o Pará é o Estado com maior número de titulação de terras quilombolas no país.

A importância do título coletivo de terra foi ressaltada pelo governador, afirmando que a posse da terra permite o acesso a linhas de crédito para o desenvolvimento econômico das famílias e o acesso a programas sociais. “O importante desse título é que ele vem em nome da comunidade, e não do indivíduo. Vocês podem provar que dá certo produzir de forma coletiva, que juntos vocês podem lutar para dar melhores condições de vida para essa comunidade”, reiterou Simão Jatene.

Segurança - O presidente da Associação Comunitária Quilombola e Agro-ambiental Muruteuazinho, Aluizio Brito de Souza, disse que, agora, os moradores se sentem mais seguros por serem oficialmente os donos do lugar onde moram. Ele contou que a comunidade ocupa pouco mais de 600 hectares, em uma área cercada por grandes fazendas, que aos poucos vão adentrando o território quilombola, uma constante ameaça à manutenção do território da comunidade. “Agora nós estamos seguros, pois temos como provar

CONT.



que essa terra nos pertence. Temos garantia de futuro para os nossos filhos, e isso nos enche de alegria. Hoje estamos realizando um sonho na nossa comunidade. Um sonho que sonhamos juntos, e hoje esse sonho se tornou realidade”, declarou Aluizio Brito de Souza.

Os moradores de Muruteuazinho se identificaram como remanescentes de quilombo em 2006. A comunidade foi originada a partir de famílias oriundas da comunidade de Narcisa, devido à apropriação de terras em meados do século XIX. As atividades geradoras de renda na comunidade são de base familiar, como o cultivo de mandioca, arroz e milho. O excedente é destinado à troca, mantendo a prática antiga do escambo.

Reconhecimento - José Amado Batista, primogênito dos 10 filhos de Teodora Augusta Batista, 87 anos, a moradora mais antiga da comunidade, disse estar feliz com a conquista. “É uma alegria muito grande a que estamos sentindo. Lutamos por muito tempo por esse reconhecimento, e a gente agradece o esforço do governo do Estado em nos conceder essa titulação”, declarou.

Teodora Batista já tem dificuldade para andar e enxergar, mas ainda lembra como era Muruteuazinho. “A gente era isolado de tudo, mas vivíamos todos juntos, nos ajudando. Aos poucos nossa comunidade cresceu e foi melhorando a nossa vida, mas ainda falta muito a ser feito”, contou ela, que é neta de um escravo com uma portuguesa.

O prefeito de Santa Luzia do Pará, Adamor Aires, acompanhado dos prefeitos de São João de Pirabas, Cláudio Barroso, e de Primavera, Cleuma Bezerra, participou da programação, e considerou a titulação um marco na história de seu município. “Esse é um momento único e de extrema importância para todos nós. Mostra o cuidado que o governo do Estado tem com a nossa região. Além dessa titulação, a gente quer agradecer pelo Asfalto na Cidade, pela reforma das escolas e, principalmente, pela obra no nosso hospital municipal”, enfatizou.

O governo do Estado há anos dispensa um tratamento diferenciado à população negra, incluindo os direitos das comunidades quilombolas. Por isso, criou uma política específica com o objetivo de reconhecer, promover e proteger os direitos dessas comunidades, assegurando-lhes melhoria da qualidade de vida, respeito à identidade, instituições e formas de organização, garantindo a participação de seus representantes nas tomadas de decisão.

A Comissão Estadual de Políticas para Comunidades Remanescentes de Quilombo é composta por sete órgãos estaduais, entre os quais o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), e representação da sociedade civil pela ONG Malungu (Coordenação das Associações das Comunidades Quilombolas do Pará). A comissão trabalha para melhorar a qualidade de vida dos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

quilombolas. O Idesp, por exemplo, estabeleceu parceria com a Fundação Ford, a fim de fortalecer as ações da comissão estadual.

Participaram da cerimônia o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Márcio Miranda; o secretário executivo de Estado de Energia, Francisco Neto; a presidente do Idesp, Adelina Braglia; o auditor do Iterpa, Artur Tourinho Neto, que representou o presidente do Instituto, Carlos Lamarão; o coordenador da Malungu, José Carlos Galiza; a representante do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Estado do Pará, Maria Malcher, e os vereadores de Santa Luzia Orley (vice-presidente da Câmara), Nenenzão, Zeca do Bento e Socorro Saldanha.

Dani Filgueiras

Secretaria de Estado de Comunicação



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

13 Comunidade indígena não aceita Kátia Abreu como Ministra Agricultura
SÍTIO NOTÍCIAS DA PECUÁRIA, 27.11.2014

A senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) nem assumiu o comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) mas sua nomeação já causa furor entre diversas classes no país.

Carla Layane

Entre elas está a comunidade indígena, de diversas regiões do país, que já avisaram que irão realizar manifestações contra a posse da senadora.

Segundo informações divulgadas na coluna Giba Um, os índios acham que ela é "representante de fazendeiros latifundiários".

Depois de empossada Kátia Abreu irá manter contato com representantes das comunidades, aos quais tratará de expor seus projetos para a pasta.

Ela avisa, ainda, que está pronta para colocar o cocar indígena.

Com informações Giba Um

14 Rondônia: Governo quer instalar internet nas escolas indígenas
SÍTIO RONDÔNIA DINÂMICA, 27.11.2014

Uma reunião discutiu a utilização de antenas do Sipam para instalação de internet nas escolas indígenas de Rondônia



Reunião discutiu a utilização de antenas do Sipam para instalação de internet nas escolas indígenas de Rondônia

O secretário de Estado da Educação de Rondônia, Emerson Castro, participou de uma reunião no Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), na última quarta-feira, 26, com José Newmar da Silva, gerente do Sipam em Rondônia; Flávio Luiz, coordenador de Educação Indígena Escolar da Gerência de Educação da Seduc, Ricardo Almeida, gerente de Tecnologia da Informática da Seduc; Leonardo Sampaio, procurador da República em Rondônia, além de técnicos da Sipam, Seduc e Funai.

A reunião teve como pauta a possível utilização da internet nas escolas indígenas de Rondônia, através das antenas VSAT do Sipam, e que, segundo o secretário Emerson Castro, é uma proposta que o governador Confúcio Moura apresentou para melhorar a qualidade da educação indígena em Rondônia.

“A internet é uma importante ferramenta no processo ensino-aprendizagem e o governador Confúcio Moura busca sempre incentivar ações na educação indígena. Prova maior foi a autorização para realização de concurso público para ingresso de professores indígenas na rede estadual de ensino”, lembrou Castro.

Houve consenso por parte dos presentes à reunião de que haja uma maior participação de outras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

autoridades no processo da futura instalação de internet nas escolas indígenas e, para tanto, outros órgãos serão convidados para participar de futuras reuniões.

Fonte

Texto: Antonio Queroz

Fotos: QUINTELA

Decom - Governo de Rondônia

15 Governo Federal garante regularização de terras para comunidade quilombola na Ilha da Marambaia (RJ)

SÍTIO INCRA, 27.11.2014



O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Carlos Guedes, vão firmar, nesta quinta-feira (27), na capital fluminense, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para definir os limites fundiários entre a Marinha do Brasil e a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, no município de Mangaratiba, ao Sul do estado do Rio de Janeiro.

Antes da solenidade, pela manhã, ambos visitam a comunidade local onde residem mais de 100 famílias quilombolas. Com a assinatura do termo e sua homologação pela justiça, o Incra vai ter o prazo de 270 dias para concluir o processo de reconhecimento e titulação da comunidade quilombola. Pelo TAC fica definido que a comunidade quilombola vai ter direito a 52 hectares titulados de forma coletiva. Além disso, o documento ainda garante que aos moradores acesso aos serviços de saúde, educação e transportes que a Marinha oferta na ilha.

Serviço

Cerimônia de Assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta para definir limites para titulação de áreas em favor dos moradores da Ilha da Marambaia

Data: 27 de novembro (quinta-feira)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Hora: 15h

Local: Salão Histórico do Comando do Primeiro Distrito Naval – Praça Mauá, nº 65 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

Mateus Zimmermann

Ascom/MDA



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

16 Polícia Federal prende suspeitos de milícia em aldeia indígena de MS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.11.2014

Envolvidos são investigados por pelo menos quatro crimes.

Em outubro, a PF já havia desarmado parte do grupo após denúncias.

Do G1 MS com informações da TV Morena

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2014/11/policia-federal-prende-suspeitos-de-milicia-em-aldeia-indigena-de-ms.html>

Policiais federais prenderam cinco pessoas nesta quinta-feira (27) durante uma operação em Laguna Carapã, a 295 km de Campo Grande, para desarticular um grupo suspeito de agir como milícia na aldeia indígena Rancho do Jacaré.

Os envolvidos são investigados por tentativa de homicídio, abuso sexual de adolescentes, lesão corporal e ameaça.

Em outubro, a PF desarmou parte desse grupo após denúncias feitas por indígenas da comunidade. “Foram apreendidas [na ocasião] quatro armas e logo em seguida, no mesmo dia, na mesma noite, quando a Polícia Federal saiu da área, a milícia, que tinha mais armas escondidas no mato, se armou e praticou crimes de agressão, violência sexual e ameaça contra várias pessoas da comunidade”, diz o delegado da Polícia Federal Alcir Teixeira.



17 MAIS UMA AÇÃO DO MPF APONTA ILEGALIDADE NA LICENÇA DE INSTALAÇÃO DA USINA SÃO MANOEL

SÍTIO CEDEFES, 27.11.2014

Condicionantes que compensariam os índios não foram cumpridas. Com o novo processo, já são oito pedindo à Justiça que paralise o empreendimento por irregularidades - 25/11/2014.

O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou mais uma ação judicial apontando ilegalidade e pedindo a anulação da licença de instalação concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) à usina São Manoel, no rio Teles Pires, na divisa do Pará com o Mato Grosso. Esse é o oitavo processo aberto na Justiça Federal contra a usina e aponta que as condicionantes exigidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para mitigar e compensar os impactos aos povos Kayabi, Munduruku e Apiaká não foram cumpridas até agora.

Para o MPF, o processo de licenciamento da usina de São Manoel está repleto de irregularidades desde o começo, principalmente no que toca aos direitos dos povos indígenas, severamente afetados – para se ter uma ideia, a barragem está projetada para menos de um quilômetro de distância da Terra Indígena Kayabi. Os estudos sobre os impactos aos índios (o chamado Estudo de Componente Indígena) foram entregues incompletos e sem a assinatura de antropólogo responsável. Ao receber o material, os técnicos da Funai, em novembro de 2013, emitiram parecer informando que o projeto causaria 28 impactos sobre os povos indígenas, sendo 27 negativos. Por esse motivo, se posicionaram contra a usina.

A presidência da Funai no entanto, em oposição aos seus técnicos, dá parecer favorável para que o Ibama emita a licença prévia da usina, em dezembro de 2013 com apenas duas condicionantes que se referem aos indígenas. A própria Funai pede a correção das condicionantes, para acrescentar outras duas que visem compensar os impactos irreversíveis sobre a ictiofauna e a perda de locais sagrados. Mas nenhuma das condicionantes foi cumprida e mesmo assim, em agosto de 2014, a presidência da Funai, novamente, se declara favorável à concessão da licença seguinte, a de instalação.

De acordo com as normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), as condicionantes de cada fase do licenciamento precisam estar completamente cumpridas antes que o órgão licenciador passe à etapa seguinte. “A razão para isso é evidente. A protelação de medidas necessárias para as próximas fases do processo de licenciamento macula todo o procedimento e aumenta o risco de ocorrência de impactos socioambientais não estudados, com graves consequências lesivas ao meio socioambiental”, diz a ação do

CONT.



MPF.

“Ocorre que a fase seguinte (de instalação) é a construção da usina, com a chegada de dezenas de milhares de pessoas para o canteiro de obras a menos de 1 km da T.I. Kayabi”, narra a ação judicial. A assessoria pericial do MPF examinou o licenciamento e concluiu que as exigências da Funai para a licença prévia foram descumpridas e a participação dos índios no processo foi quase nula. “E assim se realizou o processo de licenciamento ambiental de mais uma UHE na Amazônia. O descumprimento de condicionantes da licença prévia foi solucionado com a transformação dessas ações mitigatórias e compensatórias em condicionantes da licença seguinte. E seguem descumpridas”, diz o MPF.

Em reconhecimento à legislação brasileira, várias decisões do Tribunal Regional Federal da 1ª Região estabelecem o respeito às condicionantes de cada etapa como fundamental para a legalidade do processo de licenciamento ambiental (nos casos de Belo Monte, Teles Pires e na própria São Manoel). “O cumprimento integral das condicionantes da Licença Prévia é condição para emissão de Licença de Instalação válida. É o que está previsto na legislação ambiental brasileira e assentado jurisprudencialmente”, diz a ação judicial, para afirmar em seguida que, por essa razão, a licença de instalação de São Manoel é nula.

O processo tramita na 9ª Vara da Justiça Federal em Belém, com o número 0034214-98.2014.4.01.3900

Fonte: Ministério Público Federal no Pará - Assessoria de Comunicação

18 Aty Guasu: Comunidades Guarani e Kaiowá de Kurusu Amba estão realizando ritual de despedida
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Por [Aty Guasu](#)

Informativo triste de Aty Guasu: as comunidades Guarani e Kaiowa de Kurusu Amba estão realizando um ritual raro e extremamente pesado – esse ritual de resistência, sem medo mais de reagir, no ritual em que guerreiros e guerreiras se preparam para lutar e morrer, no momento em que os guerreiros e guerreiras Guarani e Kaiowa se separam e já se despedem das pessoas que vão sobreviver mais. As crianças e mulheres gestantes de Kurusu Amba estão se separando e se ajuntado distantes dos tiros dos pistoleiros/policiais.

Uma liderança comunica: “Após várias noites de rituais de resistência, a partir de hoje, recebemos ordem definitiva de rezador /líder espiritual para lutar até morrer para defender as nossas terras onde seremos enterrados com nossos antepassados; todos concordamos, dessa vez é para enfrentar os inimigos, reagir e lutar para proteger as crianças. Já chega de recuar e morrer pacificamente, já avisamos o governo federal, já avisamos o Juízes federais do STF”. Reafirmam lideranças de Kurusu Amba.

Diante desse fato, evidente que em qualquer instante haverá iminente confronto e resistência Guarani e Kaiowa. É preocupante essa decisão e declaração de povo Guarani e Kaiowa; todas as comunidades e as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

lideranças não conseguem mais dormir, preocupados com Kurusu Amba. Todos sabemos que tanto os pistoleiros como policiais federais preparam armas de fogo pesado para atacar os indígenas de Kurusu Amba, é uma luta desiguais. É lamentável, injustiça total, os pistoleiros e policiais federais continuarão massacrando e exterminando as comunidades Guarani e Kaiowa. O governo federal e justiça do Brasil será responsável pelo massacre e genocídio do povo Guarani e Kaiowa. O povo já perdeu a esperança de ver as terras tradicionais demarcadas pelo governo.

19 Instituto de Terras de São Paulo informa que 32 comunidades já foram reconhecidas no Estado
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



[Adital](#)

Tem em vista a matéria publicada pela Adital nesta terça-feira, 25 de novembro, com o título “Terras quilombolas são demarcadas a passos lentos durante os três últimos governos”, a Fundação Itesp [Instituto Terras de São Paulo) esclarece algumas informações. A instituição informa que o processo para o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos “avançou muito nos últimos anos”. No Estado de São Paulo, são apontadas 54 comunidades remanescentes de quilombos, dessas 32 foram reconhecidas, quatro estão com trabalhos em andamento, e o restante, 18, foram apontadas por diversos setores como comunidades remanescentes de quilombos, mas apenas duas solicitaram o reconhecimento ao Itesp.

Das 32 comunidades reconhecidas, seis foram tituladas em terras públicas estaduais na região do Vale do Ribeira. Hoje, segundo o Itesp, a titulação esbarra na complexidade do processo fundiário e na demora do Poder Judiciário para julgar as ações discriminatórias. Além disso, a maior parte dos territórios quilombolas está em áreas particulares, neste caso, a responsabilidade pela regularização fundiária seria do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária].

20 Marinha e comunidade quilombola de Marambaia fecham acordo sobre demarcação
SÍTIO EBC, 27.11.2014

Isabela Vieira - Repórter da Agência Brasil Edição: Talita Cavalcante



Orla de Mangaratiba, município construído para atender ao escoamento de café e tráfico de escravos Prefeitura de Mangaratiba/Divulgação

A luta [centenária](#) pela regularização fundiária da Comunidade Remanescente de Quilombo da Ilha da Marambaia, no Rio de Janeiro, está próxima do fim. Hoje (27), será assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), costurado pelo Ministério Público Federal (MPF), entre os quilombolas, a Marinha – que administra uma base militar na ilha – e o governo federal. O documento assegura a permanência dos atuais 430 quilombolas e a continuidade das atividades militares, além de acabar com as disputas travadas entre as partes na Justiça nos últimos 12 anos.

Um dos principais articuladores do TAC, o procurador Daniel Sarmiento explica que, com o acordo, os dois lados tiveram que ceder. A Marinha mantém o cais, fica com todas as áreas de treinamento e continua responsável pelo transporte na ilha, incluindo o de moradores e de visitantes convidados – pois é necessário convite para entrar no local. Já a comunidade terá mais facilidade para receber visitas, atracar os barcos de pesca mais próximos às moradias, reformar e construir casas - o que chegou a ser proibido em decisões da Justiça, a pedido dos militares.

O acordo, que também foi mediado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), deixa de fora a Área de Proteção Ambiental (APA) Mangaratiba, reivindicada pela comunidade. Os moradores, no entanto, continuam podendo entrar no local e acessar fontes de água doce. “Havia preocupação com a superpopulação da comunidade que prejudicasse o meio ambiente”, explica o procurador. O mesmo cuidado a Marinha deverá ter durante os treinamentos, alerta ele.

CONT.



O presidente da Comunidade Remanescente de Quilombo da Marambaia, Nilton Alves, comemora o fim do impasse. “O território foi dividido em áreas coletivas e específicas. Eles [militares] ficam com os locais de treinamento. Nós [quilombolas], com as moradias, áreas de plantio e pesca, de onde tiramos o sustento”, disse. Ele acrescenta que o acordo também deixa sob domínio da comunidade áreas históricas, como a antiga senzala. Antigamente, Marambaia servia de entreposto de africanos escravizados, que eram comercializados no Rio, à época capital do império.

A Marinha, por meio de nota, considerou o acordo um marco significativo. Esclareceu que o TAC conciliou três aspectos constitucionais: a titulação da comunidade quilombola, a preservação do meio ambiente e a defesa nacional. A força também se compromete a continuar oferecendo serviços de saúde, educação e transporte, pois a ilha só é acessível por barco.

“De uma certa forma, a presença da Marinha, inibe as grandes traineiras e viabiliza a pesca artesanal por nossos pescadores, que não podem ir muito longe”, acrescenta Nilton.

Para começar a valer, o procurador Daniel Sarmento esclarece que o TAC precisa ser reconhecido pela Justiça. A partir de então, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem 270 dias para emitir o título de posse coletiva, que não permite a venda.

O TAC substitui todas as ações entre as partes na Justiça. Em 2002, para garantir a titulação da comunidade, o MPF entrou com ação civil pública. Depois, a Marinha ganhou ações de reintegração de posse. Para o MP, por acabar com as divergências, a medida poderia ser usada para outras comunidades quilombolas, como a do Rio dos Macacos e de Alcântara, que convivem com bases militares da Marinha e da Aeronáutica, na Bahia e no Maranhão.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

21 “Ação violenta da polícia em Boca da Mata, aldeia Pataxó”: depoimento de professor da UFMG que ia dar aula na aldeia
SÍTIOCOMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Ataque à Aldeia Pataxó. Imagem captada do vídeo postado por Marco Scarassatti

Por [Marco Scarassatti](#)

Hoje, 26/11/2014, segui de Itamarajú para a Aldeia Boca da Mata junto com o motorista da universidade, o Eduardo para lecionar junto aos estudantes do curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, o FIEI. Ainda na BR o trânsito parado indicava que algo estaria por vir, havia algo nessa suspensão, nessa espera.

Na entrada da estrada de acesso ao Território Indígena Pataxó, uma operação de guerra: soldados armados, pintados, camuflados, policiais federais, polícia militar da Bahia, grupo de operações especiais, a CAEMA. Não conseguimos avançar. A violência da abordagem eu não conseguirei expressar com palavras. Um delegado da polícia federal perguntou o que faríamos ali, tentei explicar e ele falou que seria

CONT.



impossível prosseguir, perguntamos o por quê, e ele, sem a mínima vontade de nos responder, disse que estava havia um conflito e me perguntou ainda, diante da minha insistência em entrar, se eu estava afim de entrar e tomar bala.

Tentei argumentar que havia um curso da UFMG acontecendo ali e se os estudantes indígenas sabiam do que estava acontecendo. O policial disse me interrompendo que não falava com índio e depois com um sorriso sarcástico completou que não falava Tupi-Guarani. Insisti e ele me disse que eles entrariam ali e desceriam o cacete, se fosse necessário. E completou que estavam ali pra garantir a nossa segurança. Eu me perguntei, segurança de quem?

Logo depois um outro policial mandou que saíssemos dali pois a gente tinha de desobstruir a passagem. Quando começamos a sair em marcha ré, um outro veículo da polícia federal nos ultrapassou e entrou no território.

Bom, ficamos um tempo na espera até que o Eduardo foi conversar com um policial à paisana que se mostrou menos tenso que os demais e se mostrou simpático nas respostas. Foi aí que soube que se tratava de uma reintegração de posse determinada pela justiça. De pronto perguntei se havia alguém da FUNAI ali pra interceder, ele não soube responder.

Pouco tempo depois chegou uma camionete importada da qual desceu um senhor bem vestido, com um celular na mão. Não parecia ser policial, estava mais para um político. Também não era. Aquele mesmo policial, que foi ríspido comigo, foi até esse senhor de maneira super delicada e perguntou estendendo a mão para cumprimentá-lo: O senhor que é o dono da fazenda?

Pouco tempo depois, chega uma camionete da FUNAI e fomos conduzidos até a porteira novamente pra saber se poderíamos entrar. Foi ali que flagrei o diálogo do delegado que chefiava a ação com o representante da FUNAI que reclamava que a polícia tinha que ter esperado a chegada da FUNAI antes de iniciar qualquer tipo de ação.

Ficamos ainda um tempo à espera e depois seguimos pra Itamarajú pra tentar contato com a universidade e depois disso o que se seguiu foram relatos de atrocidade na invasão, sem respeitar o território já demarcado, não respeitando a presença de crianças, de mulheres grávidas, idosos, nada disso.

Soube pelo garçom do restaurante em que almocei que há três dias vinham chegando policiais federais em Porto Seguro, o que é de se estranhar, pois a decisão judicial saiu ontem [25] à noite.

Eu peço desculpas pelo texto longo e truncado, sem muito cuidado, porque a tristeza e revolta ao ver as

CONT.

imagens dessa invasão e os relatos dos estudantes Pataxó me tomam e não é questão de se fazer uma crônica e sim relatar e denunciar o que pra mim é o prenúncio de um tempo difícil para os povos indígenas brasileiros.

Infelizmente os acenos vindos do Planalto são os piores possíveis; infelizmente o que se percebe nas falas entre os policiais reflete a construção de uma imagem equivocada, propositalmente distorcida sobre os indígenas. Infelizmente para esses povos, o que virá com a escolha do novo ministério aponta para um retrocesso nessa questão. Infelizmente, ao invés de aprendermos com o modo de vida e de estar no mundo, aprendermos sobre a relação com o trabalho, com o modelo de gestão dos recursos ambientais, com a memória.

O que se dará (essa é a tendência) é o aniquilamento dessa perspectiva para no seu lugar reproduzirmos o engodo desenvolvimentista ou especulatório, que nos leva a cada dia pra beira do fim, um fim lento, repleto de sobrevidas que só amplia a agonia, a doença e a fantasia de que estamos no caminho certo e que dias melhores virão.



Imagem captada de vídeo postado por Marco Scarassatti

22 Abandono de nove famílias indígenas na Funai segue sem solução no Amazonas

SÍTIO A CRÍTICA, 27.11.2014

Defensoria Pública da União (DPU) no Amazonas pediu prisão de presidente do órgão por descaso, mas Justiça negou pedido. Problema segue em impasse

LUANA CARVALHO



Nove famílias de indígenas das etnias Tikuna e Kokama estão dividindo, há quatro anos, um depósito abandonado da Funai, localizado na rua 24 de Maio, Centro (Antônio Menezes)

O abandono de nove famílias indígenas, que vivem há quase quatro anos em uma garagem abandonada da Fundação Nacional do Índio (Funai), no Centro, levou a Defensoria Pública da União (DPU) no Amazonas a pedir a prisão preventiva do atual presidente da Funai, Flávio Chiarelli de Azevedo, por descumprimento da decisão judicial que determinou a retirada dos indígenas do local, em julho deste ano. O pedido foi indeferido pela Justiça Federal, que considerou que não houve estagnação por parte da Funai. Enquanto o impasse não é resolvido, os indígenas continuam submetidos às mesmas condições precárias.

“Quando a reportagem foi publicada (no Jornal A CRÍTICA, há uma semana), eles disseram que iam fazer uma limpeza no terreno, mas ainda não foram lá. Estamos indo todos os dias na Funai cobrar que cumpram a decisão da Justiça. Queremos pelo menos que deixem a garagem digna para morarmos enquanto as moradias não saem, pois tem muitas crianças ficando doentes por causa dos ratos e não podemos mexer em nada, já que tudo é patrimônio do órgão”, relatou o Kokama Eliomar Benedito.

O diretor substituto da Funai regional, Edivaldo Oliveira, informou que o órgão está articulando reuniões com o Governador do Estado, José Melo, para tentar dar celeridade aos processos, uma vez que os indígenas estão inscritos no Sistema de Habitação da Superintendência de Habitação do Amazonas (Suhab).

“Nós temos uma agenda que se prolonga desde a semana passada com representantes da Casa Civil.

CONT.



Houve uma falta de interesse institucional na gestão anterior. Mas é claro que isso não vai ser justificativa para não resolvermos o problema. Estamos tentando”, enfatizou.

De acordo com Oliveira, o processo está sendo discutido diretamente com a Casa Civil. “Quando chegamos na Suhab nos atendem dentro do procedimento normal, pois são 23 mil famílias que também estão nessa lista. Lá eles não tem nem como ver dentro do sistema, por isso estamos correndo atrás de uma deliberação direta do governador e já tivemos algumas manifestações positivas”.

Sobre a limpeza do terreno, ele informou que uma equipe foi enviada ontem para fazer um levantamento de custos. “Precisamos saber quanto vai custar o serviço, porque vai ser pago com verba federal. Existe um procedimento para dispensa de licitação, que já começamos a executar”, complementou.

Estado desconhece

A Agência de Comunicação do Amazonas (Agecom), no entanto, informou que a Funai não fez contato com a Casa Civil. A nota enviada pela assessoria do Governo diz que o Gabinete do Governador também não registrou solicitação de reunião.

A Superintendência de Habitação do Amazonas (Suhab) informou que irá verificar se os indígenas estão cadastrados. A pasta ressaltou, ainda, que o banco de dados conta com mais de 24 mil famílias à espera de moradia e que não há previsão de entrega de casas populares neste ano.

23 Indígenas e ativistas protestam contra hidrelétrica no rio Tapajós, no PA
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.11.2014

*Manifestantes escreveram mensagem 'Tapajós Livre' na areia.
Povo Munduruku diz não ter sido consultado sobre a obra.*

Do G1 PA



Com mensagem gigante, Greenpeace e índios Munduruku protestam contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, no oeste do Pará (Foto: Marizilda Cruppe/Greenpeace)

Índios Munduruku e ativistas do Greenpeace protestaram na quarta-feira (26) contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, no Pará. Com pedras, os manifestantes formaram a mensagem gigante "Tapajós Livre" na areia de uma praia próxima à cachoeira de São Luiz do Tapajós, local previsto para receber a primeira das cinco hidrelétricas planejadas para a região amazônica.



Índios Munduruku usam pedras para formar a frase Tapajós Livre nas areias de uma praia às margens do rio de mesmo nome (Foto: Bruno Kelly/Greenpeace)

CONT.

A área a ser alagada abriga uma das principais porções de floresta nativa do país, afetando unidades de conservação e terras indígenas. A usina São Luiz do Tapajós chegou a ter seu leilão anunciado para o dia 15 de dezembro, apenas 150 dias após o governo ter requerido ao Ibama a licença ambiental prévia do empreendimento. Quatro dias depois, o Ministério de Minas e Energia teve que voltar atrás e [adiar o leilão](#) após pressão do povo Munduruku, que não teria sido devidamente consultado sobre a obra.

“Nós, guerreiros e guerreiras, carregamos as pedras com firmeza para mostrar que não vamos abrir mão do rio. Estamos aqui na praia mostrando pro mundo que queremos sempre o Tapajós livre e vivo, como hoje”, diz Maria Leusa Munduruku.



O protesto contou com a participação de cerca de 60 Munduruku. (Foto: Bruno Kelly/Greenpeace)

Demarcação de terras indígenas

No final de outubro, a Justiça Federal deu um prazo para a Fundação Nacional do Índio (Funai) fazer a demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, dos índios Munduruku, em Itaituba. Segundo o Ministério Público Federal (MPFPA), a terra indígena que seria alagada pela usina hidrelétrica de São Luiz do Tapajós está com a demarcação paralisada desde 2013. Com a demora no reconhecimento no território que ocupam secularmente, os moradores da Sawré Muybu, não teriam reconhecido seu direito à consulta e compensação.

“Observa-se que o processo está parado sem um fundamento válido, mas tão somente invocando uma genérica e vazia alegação de priorização das regiões centro-sul, sudeste e nordeste e assim, os direitos dos indígenas seriam perpetuamente postergados, uma vez que as prioridades estabelecidas não abarcaram o processo demarcatório da terra indígena Sawré Muybu”, afirmou o juiz federal Rafael Leite Paulo, da Vara Federal de Itaituba.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 213/ 2014

Brasília, 27 de novembro de 2014.

Usina hidrelétrica

A usina de São Luiz do Tapajós é o maior empreendimento do tipo planejado no país para os próximos anos. Ela terá potência de 8 mil MW (megawatts) e vai demandar investimentos estimados em R\$ 30 bilhões.



24 Polícia Federal prende indígenas e agricultores em operação no RS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 27.11.2014

*Ofensiva combate arrendamento e venda de terras na Região Norte.
Em janeiro, o Teledomingo, da RBS TV, mostrou denúncias do esquema.*

Do G1 RS

A Polícia Federal deflagrou uma operação na manhã desta quinta-feira (27) contra crimes de arrendamento e venda de terras indígenas em Getúlio Vargas, no Norte do Rio Grande do Sul. Estão sendo cumpridos mandados de prisão, busca e apreensão em toda a região. Cinco prisões foram confirmadas até o momento.

Entre os presos estão índios e agricultores. As buscas ocorrem em Getúlio Vargas e Erebangó, mas os suspeitos serão levados para a sede da Polícia Federal em Passo Fundo, também na Região Norte do estado.

A ação contra arrendamento e vendas de terras indígenas não tem relação com a Operação Terra Prometida, que também foi deflagrada pela PF nesta quinta-feira (27) no RS, SC, PR e MT. Foram realizadas buscas em Erechim, Sarandi e Campinas do Sul. Ninguém foi preso.

Teledomingo mostrou denúncias

Em janeiro deste ano, o Teledomingo, da RBS TV, mostrou denúncias sobre arrendamento de terras indígenas, o que é proibido por lei, feitas pelo procurador Rodinei Candeia ao Ministério da Justiça (*veja o vídeo*).

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/11/policia-federal-prende-indigenas-e-agricultores-em-operacao-no-rs.html>

Segundo ele, a prática é comum e generalizada na Região Norte do estado. "As áreas onde não há arrendamento é que são a exceção", disse o procurador à época.

A Polícia Federal investigou o esquema e ouviu uma índia, considerada importante testemunha, que

CONT.



contou que os índios recebiam alimentos como pagamento pelo arrendamento das terras.

Quatro agricultores e um índio de Cacique Double, na Região Norte, são acusados de envolvimento em arrendamento de terras em uma aldeia da cidade. O cacique Valdir Ranke, que está entre os acusados, nega os arrendamentos e diz que existiam parcerias com os brancos. O crime é de usurpação de bens da união, com penas que podem chegar a cinco anos de prisão.

Entenda o conflito

Em 2004, um grupo de índios, que vivia em uma aldeia em Cacique Doble, na Região Norte do Rio Grande do Sul, acampou em terras de agricultores. Segundo eles, essas terras pertenciam aos ancestrais guaranis. A Fundação Nacional do Índio, Funai, analisa a área para demarcação.

Na Região Norte do Rio Grande do Sul, 320 famílias vivem em uma área de mais de 4 mil hectares, plantando milho, trigo, erva-mate e eucalipto. Entretanto, elas não sabem até quando vão permanecer no local.

Desde então o embate acompanha a vida de índios e agricultores. No total, 45 mil hectares de terras são disputadas em cidades gaúchas, o que equivale a aproximadamente 45 mil campos de futebol.